

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

No dia 24 de março de 2022 ocorreu a 51ª Reunião Ordinária do CONERH através da plataforma virtual teams. Participaram da reunião os Conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Análise e aprovação da Ata 20ª Reunião Extraordinária do CONERH, realizada dia 13/05/2021; da 48ª Reunião Ordinária do CONERH, realizada dia 08/07/2021; da 49ª Reunião Ordinária do CONERH, realizada 29/10/2022; e 50ª Reunião Ordinária do CONERH, realizada 16/12/2021; Apreciação e Deliberação da Proposta de Edital Eleitoral do CONERH; Apresentação do Relatório Anual de Atividades do Qualiáguas; Apreciação/Aprovação do calendário de Reuniões 2022; Informes; O que ocorre. Mariana Mascarenhas (SECEX/SEMA) iniciou a reunião após a verificação do *quórum* informou que presidiria a reunião, devido a impossibilidade da Secretária estar presente e informou a presença de Eduardo Topázio (DIRAM/INEMA) que faria uma apresentação e também poderia auxiliar com os esclarecimentos. Lembrou que as reuniões são gravadas para fins de elaboração de ata, a gravação poderia ser disponibilizada para os conselheiros, caso precisem, porém não poderão disponibilizar a terceiros, pois não possuem a autorização do uso de imagem. Sinalizou que a pauta foi enviada por e-mail para todos os conselheiros juntamente com os documentos a serem analisados. No que se refere ao ponto de pauta sobre o edital de eleição do CONERH ressaltou que foi trabalhado arduamente em muitas reuniões da CTIL para que possam fazer a renovação do Conselho e assim atender ao número de vagas e a paridade que está definida por decreto. Pontuou que na última reunião do CONERH foi solicitado por Miguel Polino que não fosse aprovada a ata da 20ª Reunião extraordinária do CONERH, porque ele tinha sugestão de ajuste e por isso na ocasião esta ata não foi aprovada e a plenária acabou aprovando a ata da 48ª Reunião Ordinária do CONERH, porém houve um equívoco, pois a ata com ajuste de Miguel Polino foi a da reunião ordinária, diante disso submeteu novamente a aprovação as duas atas, inclusive a ata 48ª da reunião ordinária com o ajuste sugerido pelo conselheiro. Informou que não houve mais nenhuma contribuição e perguntou se alguém tinha alguma objeção, como não houve ficaram aprovadas a ata da 20ª Reunião Extraordinária do CONERH, por unanimidade,



35 e a ata da 48ª Reunião Ordinária do CONERH com 10 (dez) votos favoráveis a
36 aprovação e 01 (um) voto contrário a aprovação de Miguel Polino e 01 (uma)
37 abstenção. As atas das reuniões ordinárias de número 49ª e 50ª foram
38 aprovadas por unanimidade. Mariana deu continuidade a reunião esclarecendo
39 que a CTIL trabalhou por diversas reuniões na elaboração da proposta do
40 edital de eleição do CONERH. Ressaltou que a análise foi demorada, porém foi
41 um trabalho importante que trouxe bastante reflexão sobre os processos
42 eleitorais dos Colegiados e acredita que o edital estaria finalizado. Sugeriu
43 como metodologia para análise da minuta de edital, fazer a leitura do
44 documento como um todo e onde os conselheiros tiverem dúvida ou
45 contribuições solicitam destaque que serão discutidos ao final da leitura.
46 Evilásio Fraga (FAEB) fez algumas ponderações relacionadas à documentação
47 exigida para usuário, pois seria preciso incluir a possibilidade de apresentação
48 de CPF no lugar de CNPJ, pois pessoas físicas também deveriam se inscrever
49 como usuários. Além disso, lembrou que entidades que representem o setor de
50 usuários como é o caso da FIEB e da FAEB ficarão dispensados de apresentar
51 outorga. Após a leitura da minuta, Mariana apresentou a proposta de
52 calendário para todo o processo eleitoral. Nesse momento, Evilásio retomou a
53 proposição feita na CTIL de que haja previsão de que as assembleias eleitorais
54 também possam ocorrer presencialmente e falou sobre a dificuldade de se
55 realizar essas renovações em anos eleitorais municipais/estaduais/nacionais e
56 sugeriu que a renovação seja adiado como foi feito com o CEPRAM. Miguel
57 Polino (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos) ressaltou a
58 necessidade de que as representações da sociedade civil se apropriem desses
59 espaços e participem efetivamente. Sérgio Bastos (COFIC) pontuou que a
60 questão do período eleitoral foi levada para que a plenária possa fazer a
61 reflexão. Mariana explicou que não vê motivo algum para adiar o processo
62 eleitoral do CONERH por conta das eleições, visto que em junho o processo
63 eleitoral do conselho já estará finalizado. Com relação a ser presencial ou não,
64 não existe objeção. Gertha Merícia Rios (PGE) solicitou esclarecimentos sobre
65 o adiamento do processo eleitoral do CEPRAM e Mariana esclareceu que a
66 situação do CEPRAM é a mesma do CONERH, porém no CONERH é preciso
67 resolver a questão das novas vagas que foram estabelecidas pelo Decreto de
68 2019 para que seja paritário. Lembrou que essa gestão já está há quase 08

DA
A

69 (oito) anos e que foi acordado com o CONERH e com o CEPRAM que a
70 SECEX não teria condições de realizar dois processos eleitorais ao mesmo
71 tempo e que priorizariam renovar o CONERH em 2022 justamente por conta
72 dessa paridade. Depois dos esclarecimentos e debate foi decidido manter o
73 processo eleitoral em 2022 e o Edital foi aprovado para ser publicado em
74 29/03. Em seguida foi feita a apresentação do relatório anual das atividades do
75 Qualiáguas por Eduardo Topázio. Nessa apresentação, Topázio esclareceu
76 que o estado vem fazendo monitoramento sistemático desde 2007/2008,
77 mesmo antes do Programa junto a Agência Nacional de Águas – ANA que
78 apóia financeiramente para que o INEMA realize as campanhas e alcançar as
79 metas de monitoramento. Lembrou que os objetivos do programa são:
80 contribuição para a gestão sistemática dos recursos hídricos e divulgação dos
81 dados da águas superficiais para toda a sociedade; fortalecimento e
82 estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio
83 ambiente; estimular a padronização dos critérios e mecanismos de
84 monitoramento de qualidade das águas no país; promover a implementação da
85 Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas – RNQA. Ressaltou
86 que o Estado da Bahia aderiu ao programa em 2015 e foi publicado no Diário
87 oficial em 2016 tendo iniciado a 1ª campanha em junho de 2016 e alcançando
88 sua 20ª campanha ao final de 2021. Apresentou os 234 (duzentos e trinta e
89 quatro) pontos qualitativos e 156 (cento e cinquenta e seis) qualiquantitativos
90 previstos. Explicou que os pontos qualiquantitativos exigem do INEMA uma
91 logística mais complexa, pois o órgão tem que fazer o monitoramento da água
92 no mesmo momento que se faz a medição de vazão. O Programa possui metas
93 estruturantes (são as padronizações com as frequências mínimas de coletas
94 estabelecidas, capacitações periódicas com a equipe envolvida, aquisição de
95 equipamentos para o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – CEPED) e
96 metas de monitoramento e divulgação (que exigem que informe sobre a
97 operacionalização da rede no Estado, assim como o número de pontos e
98 quantidades de parâmetros de medição de vazão). Explicou que as metas de
99 monitoramento e divulgação tem o objetivo de promover a implementação da
100 RNQA no Estado. Informou que na Bahia já tem mais de 690 (seiscentos e
101 noventa) pontos monitorados, porém apenas 390 (trezentos e noventa) estão
102 na Rede Nacional de Qualidade da Água – RNQA e a remuneração pela

Eduardo

JA

103 execução do programa é baseada nesses 390 (trezentos e noventa). As metas
104 estruturantes têm o objetivo de aumentar a confiabilidade dos dados gerados,
105 padronizar os procedimentos em nível nacional e estruturar o estado para que
106 este realize as atividades de monitoramento da água. Finalizou a apresentação
107 explicando que as metas de monitoramento foram alcançadas e divulgadas nos
108 10 (dez) períodos monitorados; o Estado recebeu o recurso financeiro no total
109 de R\$ 6.562.600,00 (seis milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e
110 seiscientos), e ao total foram coletados 5.309 (cinco mil, trezentos e nove)
111 pontos de água, gerando mais de 117 (cento e dezessete) mil dados de
112 qualidade da água e realizados 951 (novecentas e cinquenta e uma) medições
113 de vazão. Evilásio Fraga pediu que Topázio comentasse sobre a interpretação
114 desses dados e pontuou que se sabe que as regiões metropolitanas são as
115 mais problemáticas. Sérgio Bastos perguntou se há dados relacionados ao
116 monitoramento de produtos químicos usados na agricultura que chame
117 atenção. Eduardo Topázio informou que quando se faz análises periódicas em
118 aspectos dessa natureza, o INEMA não tem encontrado problemas, tanto que
119 os melhores rios do Estado estão nas áreas que possuem maior atividade
120 agrícola que estão no Oeste do Estado onde há mais vazão e não tem tanto
121 adensamento urbano. Explicou que antigamente se trabalhava com os
122 agroquímicos mais persistentes, mas que hoje estão todos proibidos, mas nem
123 eles foram identificados nem em sedimento e nem em água. Pontuou que o
124 INEMA está preparando novas campanhas paralelas, que não estão no
125 contrato do Qualiáguas que verificam sobre esses aspectos. Pontuou que
126 recentemente receberam denúncias de mortandade de peixes na região oeste
127 e o que foi observado que esta mortandade era muito mais causada por
128 questões ligadas aos eventos climáticos recentes, onde houve grande erosão
129 do solo, ou seja, tinha muito mais haver com questão de falta de proteção de
130 matas ciliares e carregamento de material para essas unidades, tornando a
131 água turva. Apesar de não terem identificado causas relacionadas às questões
132 químicas o INEMA está fazendo muito treinamento, planejamento e
133 investigação. Explicou que existem dificuldades com algumas moléculas que o
134 INEMA não tem condições de analisar, porque não tem laboratórios na Bahia e
135 às vezes nem no Brasil. Onde se tem maiores problemas é próximo ao litoral
136 onde tem maior concentração de população e boa parte destes aspectos é

FA
JA

137 questão de estrutura urbana e falta de saneamento básico em grande parte
138 dessas cidades onde os rios passam. A região industrial do Estado também
139 não há problemas maiores de químicos industriais em água superficial, existe
140 mais problemas de hidrocarbonetos de natureza orgânica, questões de
141 saneamento e ocupação desenfreada dos solos. Uma das coisas que mais
142 preocupa o INEMA é a ocupação no entorno dos aquíferos das superfícies de
143 abastecimento de água na região metropolitana de Salvador, que são águas de
144 excelente qualidade para o uso do abastecimento humano, melhor que a de
145 Pedra do Cavalo. Tiago Hiroshi (EMBASA) informou que, com relação ao
146 monitoramento com foco em agrotóxicos, a EMBASA monitora uma série de
147 agrotóxicos exigidos pela legislação, e não se encontra resquícios nem de
148 subprodutos destes agrotóxicos nos pontos de captação. Comentou que o
149 problema dos agrotóxicos e o consumo humano é muito mais focado na
150 ingestão de alimentos que na ingestão direta de água. Nesse sentido, explicou
151 que há mesmo problema nas áreas urbanizadas devido ao uso e ocupação do
152 solo de maneira não planejada e pouco fiscalizada. Ressaltou que o grande
153 desafio é fazer com que os instrumentos de gestão de recursos hídricos
154 consigam influenciar na gestão do uso e ocupação do solo. A integração entre
155 as políticas não é automática, não consegue ver na prática um plano de bacia
156 influenciando diretamente no plano diretor de um município de uma forma
157 vinculante e trazendo, por exemplo, indicação de índices urbanísticos, mas o
158 plano de bacia tem que trazer um gancho para que isso se desdobre
159 concretamente no planejamento municipal. Lembrou que as matas ciliares têm
160 papel muito mais de proteção da qualidade que propriamente na produção e
161 mesmo na perenização dos rios. Pontuou que a EMBASA tem, desde 2016, um
162 projeto nos Rios Joanes e Jacuípe na região metropolitana de Salvador,
163 chamado Projeto Guardião das Águas que promoveu a recuperação de mais
164 de 100 (cem) nascentes e 108 (cento e oito) hectares de áreas marginais
165 desses rios e os seus afluentes em 2021 e o próximo passo desse projeto é
166 criar um arranjo de pagamento por serviços ambientais já previsto na legislação
167 estadual e, nesse momento, a SEMA, o INEMA e o CONERH terão um papel
168 importante. Disse que fez uma apresentação sobre esse projeto para o COFIC
169 e pode apresentar no CONERH também. Finalizada a discussão, Mariana,
170 passou para o próximo ponto de pauta referente ao calendário de reuniões

JA

JA

171 ordinárias do Conselho, explicou que as reuniões são trimestrais e nas
172 segundas quintas-feiras do mês, assim apresentou a proposta da SECEX para
173 as datas das reuniões. Como não houve objeção o calendário foi aprovado por
174 unanimidade. No item "o que ocorrer" informou que, no final de fevereiro, Dona
175 Graça faleceu e que todos sentiram muito essa perda, pois ela foi uma pessoa
176 que trabalhou diretamente com os conselheiros durante muito tempo e há
177 muito carinho dos servidores da SEMA por Dona Graça. Dito isso, Mariana leu
178 uma proposta de moção de pesar que foi aprovada por unanimidade. Informou
179 que encaminhará a apresentação para os conselheiros e que, provavelmente
180 haja uma reunião extraordinária para a análise do Progestão em abril. Esta ata
181 será assinada pela Presidente do CONERH e pela Secretária Executiva.

182 **Presidente:** Márcia Cristina Telles de Araújo Lima *Mtu*

183 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas *Mascarenhas*

184 **Membros:**

185 Eduardo Topázio – INEMA

186 Bruno Jardim – SEAGRI

187 Fernando Luiz Pereira - SEAGRI

188 Marcelo Abreu – SIHS

189 Ericka Helena Costa Martins - SESAB

190 Sahada Josephina Luedy – SECTI

191 Ana Livia Guimarães – SEDUR

192 Fernanda Brito Matos dos Santos – SDE

193 Gertha Mercia Rios Pinheiro de Almeida - PGE

194 Ana Odália Sena – FBCBH

195 Silvio Santos - FBCBH

196 Evilásio Fraga - FAEB

197 Tiago Hiroshi – EMBASA

198 Mauro Salatiel da Silva - DAC

199 Sérgio Almeida Bastos – COFIC

200 Miguel Polino – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

201 João Onimácia do Nascimento - Associenge

202 Jorge Luiz Farias - ABENFAC